



100 ANOS DE REPÚBLICA

Edmirson Maranhão Ferreira

Neste artigo, o autor faz um balanço das transformações ocorridas nas instituições e na sociedade brasileira nos 100 anos de vida republicana, ensaia uma radiografia do País de hoje e identifica óbices e desafios a serem vencidos para que se efetive a construção da verdadeira República Federativa do Brasil.

A REPÚBLICA E SEU IDEÁRIO

“O Governo provisório dos Estados Unidos do Brasil decreta:

- Artigo 1º – Fica proclamada a provisoriamente e decretada, como forma de Governo da Nação Brasileira, a República Federativa – 15 Nov 89.”

Vitoriosa a Revolução Republicana, o governo provisório, que tomara a si a tarefa de organizar a nova ordem política brasileira, assim proclamara a República.

Agora, na iminência do transcurso de um século, os constituintes de 1988 mantiveram a forma republicana, votando a atual Carta Magna e abrindo-a com o “Artigo 1º – A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político”.

A nação brasileira vive, desta forma, no corrente ano, um

evento marcante de sua história – um século de República – cem anos de embates internos e externos, de conflitos, de sucessos e, até mesmo, de insucessos temporários, no deflagrar do permanente e difícil processo do desenvolvimento nacional, visto sob uma visão antropocêntrica, e como o aperfeiçoamento dos elementos básicos da nacionalidade, o Homem, a Terra e as Instituições.

Em termos de postura ideológica, o ideal republicano é quase tão antigo quanto as reivindicações pela independência, tendo sido influenciado, também, pela revolução francesa. O ideal de maior descentralização do poder central é afirmado com a imediata criação dos Estados Federados, ex-províncias do Império. Nesta ocasião, já havia ocorrido a independência dos Estados Unidos, seguindo-se a de várias nações sul-americanas sob a forma republicana.

Historicamente, as idéias republicanas estão inseridas nas revoltas contra o poder monárquico.

A filosofia positivista, em voga na ocasião, embasou o pensamento republicano brasileiro, particularmente em termos de comprovação do conhecimento disponível, preocupação com o concreto e a exatidão das coisas e das posições tomadas.

Em linhas gerais, o ideário dos republicanos, que chegaram

a ser eufemisticamente chamados de liberais exaltados, tinha um perfil com traços de prevalência da maioria, liberdade, federalismo, derrubada do poder oligárquico agrário, zelo pelo bem público, representatividade popular, além de sonhos de concórdia, justiça e paz social.

As próprias raízes etmológicas da palavra República traziam uma percepção de algo pertencente e dirigido pelo povo e em proveito deste próprio povo, de amor à coisa ("Res") pública como um bem de toda a comunidade, onde o homem é agente e beneficiário de todo o processo de desenvolvimento.

A SAGA REPUBLICANA – OS GRANDES PASSOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA

O primeiro grande desafio ao perscrutador do século republicano está na seleção dos marcos sínteses das conquistas, das alegrias, dos infortúnios e decepções e, finalmente, dos contrastes entre os sonhos e as realidades vividas ao longo do período considerado.

Os rumos e os eventos teriam sido outros, tivéssemos adotado outra forma de governo?

Inegavelmente, preferimos seguir a tendência majoritária mundial e o modelo republicano ao longo das mutações da ordem política, trazida nos corpos

das Constituições de 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 (com emenda de 1969) e, finalmente, de 1988.

O encaixe de pensamento republicano na aspiração popular é traduzido até pela originalidade toda especial da historiografia brasileira, qual seja a de poder se considerar que a república foi também proclamada por monarquistas.

Vejamos, a seguir, alguns dos marcos e inflexões vividos pela sociedade brasileira:

A árdua e difícil marcha para a democracia

A democracia é um objetivo nacional, e o homem político brasileiro está convencido do seu destino sob a égide desta filosofia de vida.

O quadro de instabilidade política inicial vai desaguar na revolução de 1930 e o fim da chamada Primeira República. Segue-se, em 1937, o novo regime denominado Estado Novo, sob a direção de Getúlio Vargas, bloqueando o processo democrático.

Se em 1946 reimplanta-se o estado de direito, o passo seguinte é o da desorganização institucional geradora do movimento de 1964, liderado por militares e importantes líderes civis.

A fase final deste período é marcada pela reestruturação

democrática com a ab-rogação dos atos institucionais, a chamada abertura política, processo que culminou com a chamada Nova República.

Politicamente desaguamos no atual modelo instituído pela Constituição de 1988, marcado por institutos liberais, ampla gama de direitos e garantias individuais, inovação dos conceitos de direitos sociais, defesa do meio ambiente, ampliação das bases federativas e municipais, fortalecimento do poder legislativo etc. Entretanto, têm ocorrido críticas quanto à transferência de receita da União para os estados e municípios, sem o repasse de encargos; ao detalhismo técnico, despreparo do legislativo para responder na velocidade desejada aos seus grandes encargos, bem como ao cumprimento dos prazos para elaborar a legislação complementar referente, inclusive, ao sistema tributário, código do consumidor, lei de greve e tantas outras.

É, inegavelmente, um modelo político de linhas liberais avançadas que vive agora o desafio de sua aplicabilidade, inclusive pelo próprio legislativo.

O despertar de uma consciência ecológica

A sociedade republicana brasileira, obviamente embutida na conjuntura mundial, partici-

pou numa primeira fase de uma postura agressora à natureza, a qual evoluiu posteriormente para uma posição de indiferença destrutiva e, finalmente a partir das últimas décadas, ensaiou os primeiros passos para a tomada de uma consciência governamental sobre o problema ecológico.

Fato inegável é que, em termos institucionais, estamos avançando e até mesmo nos posicionando à frente de algumas sociedades no concernente à nossa lei magna, ao estabelecer um modelo de desenvolvimento econômico restrito ao princípio de defesa do meio ambiente, ao criar a educação ambiental em todos os níveis do ensino, bem como ao posicionar sanções penais e administrativas independentemente da obrigação de reparar danos causados ao meio ambiente.

A práxis ecológica, no entanto, ainda é desfavorável. Porém, são evidentes os primeiros passos para uma consciência ecológica.

Movimentos e organizações governamentais e privados brotam no País.

Há até uma agitada e emocional manipulação do tema ambiental, buscando, alguns grupos, monopolizar e partidariar o assunto, enquanto interesses internacionais conclamam pela desnacionalização brasilei-

ra da Amazônia, sob pretexto de um ecologismo de interferência.

A revolução da mulher brasileira

No decorrer do centenário republicano, a sinhazinha do início do século, com vestidos rendados, semi-analfabeta, instrumentalizada para o casamento de conveniência familiar, economicamente improdutivo, matriz reprodutora e submissa ao pai e ao marido, rompe com valores sociais, estereótipos e, progressivamente, vem se transformando na mulher independente, integrante da força de trabalho deste final de século.

O Brasil acompanhou a chamada revolução da mulher, mesmo com defasagem, a reboque de sociedades mais avançadas.

O contingente feminino brasileiro, particularmente nas áreas urbanas, vem consolidando progressivamente uma consciência de que a tradicional diferença de caracteres entre macho e fêmea, em termos de reconhecimento de valor, intelecto, capacitação, direitos e deveres sociais, não é devida a fatores congênitos, e sim, aos condicionamentos culturais a que o indivíduo é forçado ao longo do seu processo sócio-econômico.

A mulher brasileira vem persistentemente adotando a pre-

missão de que na realidade não existem qualidades masculinas e qualidades femininas, e sim, qualidades do gênero humano.

Passo a passo, a mulher geradora de filhos, reclusa ao lar, mais governanta do que esposa-mulher, ausente do mercado de trabalho, alijada ao ostracismo e à marginalização cultural, vem forjando a grande rebelião, trazendo profundas transformações dos valores e instituições sociais, e reforçando todo o sistema produtivo nacional.

A ascensão do trabalhismo

A república herdara da monarquia a feliz extirpação do flagelo da escravidão, porém estava, de pronto, totalmente despreparada para orientar e proteger a grande massa de ex-escravos, bem como de subempregados desqualificados profissionalmente para enfrentar o mercado de trabalho.

Lentamente vai surgindo um despertar de lutas e a formação de uma consciência da classe operária. Delineiam-se, aos poucos, o trabalhismo brasileiro e o direito do trabalho.

No Brasil, o movimento trabalhista está embutido na sociologia política da sociedade republicana.

Na década 1920/1930 já se esboça uma consciência trabalhista.

Entretanto, é a revolução de

1930 que dinamiza o trabalhismo seguindo alguns princípios universais da Organização Internacional do Trabalho.

Vários estatutos vão surgindo pertinentes à organização sindical, comissões de conciliação, previdência, trabalho rural, consolidação das leis de trabalho (CLT) etc.

O nosso modelo trabalhista contém outros avanços, como a participação dos sindicatos nas negociações coletivas, jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos etc.

Do regime semi-escravo do início do período republicano, houve um salto no trabalhismo, particularmente com a criação do Ministério do Trabalho, da Justiça Trabalhista e de toda uma ordenação das relações de trabalho, a par do surgimento de um poder sindical estruturado em grandes centrais, confederações, federações e numerosos sindicatos.

Chegamos a um sensível momento do jogo democrático, onde a prática trabalhista exigirá esforços mútuos em busca do amadurecimento e da maturidade das relações capital-trabalho. Bateria de estatística do Ministério do Trabalho revela que, de janeiro a outubro de 1988, registraram-se no País 1.516 greves. Nos primeiros quatro meses do corrente ano ocorreram 1.288 paralisações.

Diante disto, resta apenas um caminho: perseguir o trabalho justo e democrático, onde não haja grevismo selvagem nem tampouco autoritarismo patrimonial desumano; onde não haja relação deformada de interesses e atos fora da ordem jurídica no contexto da sociedade brasileira.

O salto para a sociedade industrial

Outro marco do século republicano foi a mudança da enxada para a agricultura de larga escala; de um Brasil produtor de produtos primários e semimanufaturados para a construção de um grande parque industrial; de um mercado essencialmente importador de manufaturas para um sistema industrial exportador de bens e serviços, num valor que se aproxima de 30 bilhões de dólares anuais.

Não existia, nos primeiros anos de República, um pensamento voltado para a industrialização, pois aceitava-se viver na dependência industrial, particularmente da Inglaterra e dos Estados Unidos, utilizando-se abulicamente o dinheiro da venda do café em grãos.

Gradativamente, desponta uma preocupação com a tecnologia, com a qualificação profissional, com a eficiência das elites gerenciais. A implantação do pólo siderúrgico de Volta Re-

donda nos anos 40 foi acompanhada de projetos hidrelétricos, petrolíferos, petroquímicos, rododo-ferroviários etc.

Nos anos 50, desponta a indústria automobilística, seguindo-se a de celulose e papel, de bens de capital etc.

No anos 70, aviões projetados e construídos por brasileiros ingressam no mercado mundial, e a política de substituição das exportações modernizou o parque industrial, tornando os produtos brasileiros competitivos. Nesta fase, o Brasil ingressa no clube dos exportadores de industrializados. Café, açúcar, cacau, nossos destaques internacionais até os anos 60, representam hoje menos de 10% das exportações.

A CACEX revela o perfil altamente positivo das exportações de 1987, que assinala o que podemos chamar de salto industrial, onde os manufaturados representam quase 60% e os semimanufaturados 12,11%.

A crescente presença brasileira na arena do comércio mundial já incomoda e ameaça interesses outros, o que vem gerando retaliações e inúmeros contenciosos comerciais, e tem levado o Brasil a apresentar protestos formais no GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio).

Conflitos comerciais, aliás naturais, na chamada guerra do comércio, têm surgido particularmente nas áreas farmacêuti-

ca, propriedade industrial e intelectual, informática, eletrônicos, vinícolas, autopeças etc.

Prosseguiremos o desafio no cenário atual com manifestações de recessão e desatualização tecnológica, pois, se de 1980 a 1988 a produção industrial cresceu 17%, no período jan/88 a jan/89 houve uma queda de 6%. Essa tendência é preocupante.

A mestiçagem, a interiorização e a urbanização

Esses eventos também substanciam marcos capitais vividos pela sociedade brasileira no século republicano, por suas repercussões na efetiva posse da terra, na formação do homem brasileiro, na expansão da fronteira agrícola, nos crimes ecológicos e nos desvios sociais decorrentes da inchação das macrocidades brasileiras.

O movimento demográfico brasileiro foi marcado não somente pela expansão populacional (15 milhões ao ser proclamada a república), com um salto de 17,4 milhões em 1890 para um total que se aproxima de 140 milhões nos dias atuais, bem como pela alta mestiçagem que vem ocorrendo nos últimos 40 anos. Os brancos decaíram neste período de 64% (1940) para 55% (1980), os negros de 15% para 6%, enquanto os mes-

tiços cresceram de 21% para 39%. O homem brasileiro do segundo século republicano será mestiço, prosseguindo-se nesta tendência.

Também no período considerado, o brasileiro resolveu deixar um pouco a brisa marítima litorânea e adentrou-se para o centro-oeste e a Amazônia.

A continentalidade da nossa base física apontava a necessidade de interiorização do desenvolvimento. Houve, inegavelmente, uma expressiva resposta a esse desafio geopolítico.

Este processo de interiorização, por sua vez, estimulou a malha viária, a indústria automobilística e de implementos agrícolas, num efeito de mútua causalidade.

Ocorre, também, o efeito perverso deste processo desenvolvimentista. O trabalhador do campo, desassistido em termos de apoio e proteção trabalhista e em suas necessidades básicas de educação, saúde e habitação, constituiu-se em agente da mais nefasta migração interna — *a fantasiosa e sonhadora corrida para as cidades*. Nos anos 70, com a intensificação da industrialização, agilizou-se o crescimento metropolitano.

Deficiências de programas governamentais geraram uma terrível dualidade de condições de vida e de trabalho. O trabalhador da cidade dispondo de

alguma proteção trabalhista, de capacidade de organização sindical, de algum suporte social, enquanto o trabalhador do campo permanecia num regime semi-escravista. Um é o *operário*, enquanto o outro é o *bóia-fria*.

Enquanto, em 1940, o censo demográfico acusa uma população urbana de 31,74%, existe projeção que aponta um índice de urbanização de 80% no final deste século. Por sua vez, a modernização da agricultura liberou mão-de-obra.

Este abandono do campo adoeceu as cidades e megacidades e gerou uma patologia social que retrata toda a problemática brasileira.

O estuário de todo este processo demográfico, econômico e social é o atual quadro de involução urbana, com todas as conseqüentes externalidades negativas.

Em termo de sociologia urbana, nos defrontamos com expressões contundentes como: cidade favelada, miserópolis, população de rua, pivetes, sem-teto urbanos, mendicância, vagabundagem, violência, vandalismo contra os bens públicos e queda da qualidade de vida.

Presença brasileira nos grandes conflitos bélicos mundiais

Vivemos ainda, no centenário

republicano, a participação brasileira nas duas guerras mundiais em defesa da soberania nacional e dos valores democráticos da ordem internacional.

A nação brasileira é culturalmente pacifista, a ponto de as cartas magnas de 1967 e 1988 inserirem desveladamente, em seus textos, o princípio da solução dos conflitos internacionais "por negociações diretas, arbitragem e outros meios pacíficos, ficando vedada a guerra de conquista".

Por sua vez, a atual constituição preocupou-se em estabelecer (Art. 4º) os princípios norteadores da nossa política externa com base na autodeterminação dos povos e defesa da paz.

Malgrado este atributo pacifista do caráter nacional, o Brasil foi arrastado no contexto internacional para a Primeira Grande Guerra, já na chamada Primeira República, mesmo tendo traçado a sua posição de neutralidade, a 04 de agosto de 1914, fiel à convenção de Haya. Em abril de 1917, foi torpedeado o navio mercante Paraná, seguido de seis outros, o que levou o congresso, em consonância com o executivo chefiado por Wenceslau Braz, a reconhecer o estado de guerra iniciado pelo império alemão contra o Brasil.

Terminado o conflito, a de-

sejada paz mundial foi efêmera, e o Brasil não conseguiu manter-se afastado dos campos de batalha da 2ª Grande Guerra, já agora na chamada Segunda República.

A nação, particularmente a juventude, vai às ruas exigir revidar à agressão de submarinos nazistas a navios mercantes brasileiros desde 1942, vitimando mais de 600 cidadãos de uma nação neutra.

Deflagra-se o esforço de guerra, voluntários apresentam-se; a mulher brasileira participa do corpo de enfermagem; 25.000 brasileiros vão ao teatro de guerra europeu lutar nos apeninos gelados e muitos ficaram no cemitério brasileiro de Pistóia, depois transferido para o monumento em homenagem aos civis e militares mortos na Grande Guerra.

As conseqüências foram imensas. Vidas brasileiras perdidas nas águas do Atlântico e nos campos de batalha europeus, contribuição política para o desmoronamento dos regimes autocráticos e vitória das democracias, redemocratização da sociedade brasileira, projeção do Brasil no cenário internacional do pós-guerra e o desamarração do nosso processo de industrialização e reformulação política e social.

Brasileiros ombrearam-se, no esforço e na adversidade da guerra, com povos econômica-

mente mais desenvolvidos. Brasileiros defrontaram-se vitoriosamente com povos tidos então como étnica e culturalmente superiores. Houve, inegavelmente, afirmação da nacionalidade brasileira.

BALANÇO CRÍTICO DA PERMANENTE BUSCA DO BEM COMUM

O bem comum entendido como objetivo síntese das aspirações da sociedade e como meta constitucional fundamental da República de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, apresenta-se, ainda, longínquo e inatingido.

Ao final deste período republicano chegamos a um painel de cores contrastantes entre matizes de expressivos avanços desenvolvimentistas, em alguns setores, e de decepções e atrasos em outros campos.

A saga centenária da sociedade republicana confluiu para o seguinte cenário:

- formação de um povo convicto do ideal democrático e o estágio atual de tentativa de aplicabilidade e viabilização do modelo político trazido pela carta de 1988;
- o despertar de uma consciência ecológica que já atinge segmentos do governo e de grande parte da sociedade;

- integração da brasileira na revolução mundial da mulher, bem como uma postura mais compreensiva em relação às minorias discriminadas socialmente;
- o desfilar de um sistema originariamente semi-eslavista para a construção de um trabalhismo dotado de normas jurídicas eivadas de liberdades e direitos da força de trabalho. Entretanto, as relações capital-trabalho ainda são precárias e altamente conflitantes;
- a realização do salto industrial projetando o Brasil como exportador de manufaturados e serviços;
- o delineamento étnico do homem brasileiro com tendência à mestiçagem; o avanço da ocupação do sertão brasileiro e a aceleração de uma urbanização descontrolada e geradora de efeitos sociais perversos, particularmente nas megacidades;
- o envolvimento do Brasil nos dois grandes conflitos bélicos do século 20 e a conseqüente preocupação das duas últimas constituições, em explicitar textualmente o preceito da convivência internacional pacífica;
- a bem-sucedida conclusão

das questões de fronteiras com nossos vizinhos, particularmente com a Argentina, Guiana Francesa e a Bolívia, bem como a projeção da diplomacia brasileira, tendo como destaque a personalidade de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Numa rápida análise de resultados, vemos que a sociedade brasileira atingiu um estágio de desenvolvimento desequilibrado, despontando vários brasis estratificados sócio-economicamente em segmentos e em regiões geoeconômicas desníveis, o que ainda obstaculiza o alcance da integração nacional.

Chegamos a um dualismo social e a uma sociedade ainda injustamente dividida, com grandes desníveis de renda.

Chegamos a um estatismo burocratizante e ineficiente em termos de produtividade na aplicação dos recursos coletados do contribuinte, e a um Estado que deixa a desejar na consecução de suas funções básicas legislativas, executivas e judiciárias.

É o Brasil da informática, das indústrias aeronáutica, automobilística, elétrico-eletrônica, dos primeiros passos para o domínio do átomo, e do campo espacial, porém, é o Brasil dos bolsões de pobreza, da inflação, das dívidas externa e interna.

O BRASIL DE AMANHÃ: ÓBICES E DESAFIOS

Já vimos que a historiografia do nosso processo de desenvolvimento tem sido marcada por momentos de sístoles e diástoles sociais, políticas e econômicas.

Períodos de incerteza, incredibilidade e recessão são sucedidos ciclicamente por fases de expansão, crença cívica e fortalecimento da identidade cultural da nação.

Desafios e óbices, geopoliticamente falando, fortalecem a vontade e o grau de solidariedade nacionais.

À sociedade, ao governo, ao congresso, aos partidos políticos, à justiça, aos sindicatos, às associações, à universidade, às igrejas etc., ou seja, a todas as forças que compõem as células básicas do nosso organismo democrático, defrontam-se hoje óbices que somente serão sobreexcedidos numa atitude comportamental altamente participativa.

Eis os desafios à nossa frente nos dias atuais:

- *complementação da estrutura do nosso modelo político*, inclusive com a imediata elaboração da legislação complementar, posicionando o homem como o centro da atenção de toda a legislação ordinária. Temos uma Carta

incompleta, onde cerca de 200 artigos ainda não foram regulamentados. Ocorre ainda, que, na aplicação do modelo teórico, estamos vivendo uma situação de um sistema que nem é presidencialista nem tampouco parlamentarista. Teremos de executar o teste de racionalização administrativa e de exequibilidade do modelo 1988;

- *complementação e real afirmação prática de uma nova finalidade na relação entre o homem e a terra;*

- *consolidação efetiva do Estado Democrático de Direito*, valorizando a livre iniciativa, reduzindo o estatismo comprovadamente ineficiente e tornando mais harmônicas, em termos de interesses da sociedade, as atuações dos poderes legislativo, executivo e judiciário. Espera-se, ainda, o aperfeiçoamento dos partidos e do processo político. A formação do caráter nacional felizmente nos afasta cada vez mais da paixão atávica por líderes carismáticos, pretensos salvadores da pátria e dos pobres. O eleitor passará a cobrar as promessas e policiará democraticamente a atuação dos eleitos e dos que assumirem cargos públicos.

A sociedade, em seu desiderato de democracia autêntica e sem adjetivação ilusória, almeja a eliminação de radicalismo e de qualquer forma de ditadura, seja do proletariado, do poder sindical, do poder patronal, do poder militar, do poder teocrático etc. Ideologias radicais postas em prática no século atual, tidas como panacéias da direita ou da esquerda, para solução dos problemas das sociedades, tornaram-se anacrônicas e ou faleceram ou estão retornando ao liberalismo democrático;

- a vivência democrática é *disenso*, enquanto exige a divergência, a crítica e a reflexão de todos. No entanto, é *consenso* quando, ao final, trata-se de prevalecer o interesse majoritário da sociedade;

- a eliminação ou pelo menos *redução da pobreza* e das disparidades sócio-econômicas regionais, que afetam tremendamente a paz social e a integração nacional;

- a complementação da revolução educacional, sanitária e urbana resolvendo o desafio de prover permeabilidade sócio-econômica ascendente às camadas mais desfavorecidas,

pelo princípio da geração de igualdade de oportunidade de disputar uma natural, legítima e progressiva ascensão à riqueza.

CONCLUSÃO

Ao final deste século, vivido com erros e acertos, sucessos e fracassos, é preciso meditar e, acima de tudo, crer nos destinos da sociedade brasileira.

Cada cidadão é um elo entre o ontem e o amanhã; entre o que herdou e aquilo que será capaz de construir e doar.

A 07 de setembro de 93, de acordo com as disposições constitucionais transitórias através de plebiscito, a República poderá desaparecer, dando lugar a uma monarquia constitucional, o que nos parece pouco provável, bem como o sistema de governo poderá deixar o presidencialismo para adotar o parlamentarismo.

Seja o que for, atrás dos modelos políticos está o homem, agente de todo o processo de desenvolvimento.

A partir de agora teremos o desafio de fazer condignamente o ingresso do Brasil no século XXI e processar mudanças exigidas para vivermos, ao lado de outras nações, a sociedade pós-industrial ou a sociedade da informação ou a sociedade do bem-estar de todos os cidadãos. Segundo projeções, já conse-

guimos desarmar a bomba demográfica e seremos 170 milhões.

Teremos a obrigação de fa-

zer as mudanças culturais, estruturais e sociais necessárias. E assim faremos o grande mutirão nacional.



CEL R1 EDMIRSON MARANHÃO FERREIRA
Professor de Geografia e História pela PUC, Administrador de Empresas pela Gama Filho, com curso de Problemas Brasileiros e mestrado pela UERJ. Foi do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, atualmente leciona na Universidade Estácio de Sá. Ex-Comandante da Escola de Pá-ra-quedista e adido militar no Iran.

O DESAFIO DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA BRASILEIRA UMA QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA

O INSTITUTO QUÍMICO CAMPINAS S.A. foi fundado no ano de 1932, pelo então bioquímico e farmacêutico Dr. Renato Marcos V. Funari (*in memoriam*), com o objetivo principal de combater, naquela época, a sífilis, um mal até então sem cura e que se alastrava em proporções alarmantes.

Hoje, decorridos 57 anos, faz parte da história do INSTITUTO QUÍMICO CAMPINAS o orgulho de sempre ter sido uma empresa exclusivamente brasileira, apesar do assédio de várias empresas multinacionais com ofertas vantajosas para comprá-lo e que são sempre repelidas pelos atuais dirigentes.

Construído numa área de 5000 m², o IQC conta atualmente com uma moderna linha de produção, onde são fabricadas diferentes formas farmacêuticas: drágeas, comprimidos, cremes etc., e com uma técnica de acondicionamento bastante aperfeiçoada para garantir a estabilidade dos produtos fabricados, mesmo quando submetidos às mais diversas condições climáticas.

Sua linha de comercialização é constituída por 23 produtos em 29 apresentações e sua posição é de destaque dentro do mercado farmacêutico nacional, pois está situado em 31.º lugar entre os 400 Laboratórios existentes no país.

O IQC emprega, no momento, mais de 200 pessoas, dando, desta forma, a sua parcela de contribuição para o desenvolvimento social e econômico do país.

Numa época em que falta neste país um direcionamento político com prioridade para a Saúde e para Indústria Nacional, o INSTITUTO QUÍMICO CAMPINAS conta com uma estrutura montada para o lançamento de novos fármacos, com o objetivo de minimizar a dor combatendo a doença de forma eficaz, e com uma tecnologia avançada e exclusivamente brasileira.